

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS DE NAVEGAÇÃO

Maio de 2012.

CONVENÇÕES	DESCRIÇÃO
SOLAS	Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar
MARPOL	Convenção Internacional para Prevenir Poluição por Navio
RIPEAM	Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar
STCW/95	Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimo, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto.
Código ISM	Código Internacional de Gerenciamento de Segurança.

LEI FEDERAL	DESCRIÇÃO
2180/54 (atualizada até 05/08/98)	Dispõe sobre o Tribunal Marítimo
5.537 de 17/11/67	Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas e dá outras providências.
6514/77	Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.
7.203/84	Dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
7.273/84	Dispõe sobre a busca e salvamento de vida humana no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
7.652/88 (alterada pela lei nº 9.774/98)	Dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima e dá outras providências
7.661 de 16/05/88	Institui o Plano de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
8212/91	Dispõe sobre a organização da Seguridade Social/ Estabelece a contribuição da empresa para o seguro social.

8213/91	Dispõe sobre os planos de Previdência Social, determina que todo acidente de trabalho ou doença profissional deverá ser comunicado pela empresa ao INSS.
9.432/97	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências
9.537/97 (LESTA)	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
9.605/98	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
9.966/00 (Lei do Óleo)	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

LEI ESTADUAL	DESCRIÇÃO
7877/83	Dispõe sobre o Transporte de Cargas Perigosas no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
9751/92	Estabelece a obrigatoriedade da limpeza e higienização dos reservatórios de água, para fins de manutenção dos padrões de potabilidade.

LEI MUNICIPAL	DESCRIÇÃO
Complementar 105/84	Regula o transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

DECRETO	DESCRIÇÃO
1.886/96	Regulamenta disposições da Lei nº 8.630 (Lei dos Portos), de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.
2.256/97	Regulamenta o Registro Especial Brasileiro – REB para Embarcações que se trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.
2.596/98 (LESTA)	Regulamenta a Lei nº 9.537 (LESTA), de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sobre jurisdição nacional.
3.179/99	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

74.402/76	Altera o Decreto nº 68.459, de 1º de abril de 1971, que regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial brasileiro.
127/91	Promulga a Convenção Nº 161 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho.
157/91	Promulga a Convenção 139 da OIT, sobre Prevenção e Controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos.
1253/94	Promulga a Convenção Nº. 136 da OIT, sobre a Proteção contra os Riscos de Intoxicação provocados pelo Benzeno, assinada em Genebra, em 30 de Junho de 1971.
1254/94	Promulga a Convenção Nº 155 da OIT, sobre a Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de Junho de 1981.
2657/98	Promulga a Convenção Nº 170 da OIT, relativa à Segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, assinada em Genebra, em 25 de Junho 1990.
3048/99	Aprova o Regulamento da Previdência social e dá outras providências.
4085/2002	Promulga a Convenção no 174 da OIT e a Recomendação no 181 sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores
93413/86	Promulga a Convenção Nº 148 sobre a Proteção dos Trabalhadores contra Riscos Profissionais devidos a Contaminação do Ar, ao Ruído, as Vibrações no local de trabalho.
96044/88	Aprova o Regulamento para o Transporte de Produtos Perigosos, e dá outras Providências.
50.877 de 29/06/61	Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do país e dá outras providências.
38356/98	Regulamenta a Lei n.º 9921 de 27/07/93, que dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos no RS.

PORTARIA	DESCRIÇÃO
0009/00	Aprova as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM), edição 2000.
0013/97	Estabelece Procedimentos para o registro no Registro Especial Brasileiro (REB).
0040/00	Estabelece a regulamentação para o exercício da atividade de transporte a granel de petróleo e seus derivados por meio de navegação de cabotagem.
0048/99	Regula as atividades de supervisão e fiscalização da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), junto às Administrações

	dos Portos quanto ao balizamento dos canais de acesso e bacias de evolução nos portos nacionais.
Nº 121 DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO E DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	De 30 de setembro de 2009, aprova as Normas Técnicas de Ensaio e os Requisitos Obrigatórios constantes dos Anexos I e II desta Portaria aplicáveis aos Equipamentos de Proteção Individual - EPI. Os Certificados de Aprovação - CA dos EPI emitidos em conformidade com as alíneas "c" e "d" do item 6.9.1 da NR-6, com vencimento em 7 de dezembro de 2009, têm os prazos de validade prorrogados para 7 de junho de 2010. Prorroga para 31 de dezembro de 2009 a validade dos CA que tiverem seu vencimento no período compreendido entre 02 de outubro de 2009 e 31 de dezembro de 2009. Revoga a Portaria nº 48, de 25 de março de 2003.
048/95	MS/SUS de 01 de maio de 1995 Livre Prática
MTE/GSI 10/2003	Dispõe sobre o uso e abuso de substâncias psicoativas no trabalho, particularmente dos efeitos do uso de bebidas alcoólicas e sua relação com o trabalho.
MTE/MS/MF 05/99	Baixa instruções sobre a execução do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).
MTE/MS/MPAS 66/2006	Altera os parâmetros nutricionais do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.
MPAS Nº 5404/99	Dispõe sobre análise de benefícios, concessão de aposentadoria e estabelece critérios para avaliação de utilização de equipamentos de proteção para fins de enquadramento de atividades com exposição a agentes nocivos.
MPAS Nº 5817/99	Altera o formulário "Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT", anexo à Portaria.
MS Nº 776/2004	Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos à vigilância da saúde dos trabalhadores expostos ao benzeno, e dá outras providências.
SIT N.º 14/2007	Altera os Quadros II e III da Norma Regulamentadora nº 5, que estabelece requisitos para constituição da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

DECRETO-LEI	DESCRIÇÃO
0666/69	Institui a obrigatoriedade de transporte em navio de bandeira brasileira e dá outras providências.
9.760/46	Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.
0067/98	Delega competência para o cumprimento da lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA)
5452/43	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho CLT

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA	
NORMAM – 01	Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto

NORMAM – 02	Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Navegação Interior
NORMAM – 04	Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras
NORMAM – 05	Homologação de Material
NORMAM – 07	Atividades de Inspeção Naval
NORMAM – 08	Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras
NORMAM – 09	Normas da Autoridade Marítima para Inquéritos Administrativos.
NORMAM – 12	Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem
NORMAM – 13	Normas da Autoridade Marítima para Aquaviários.
NORMAM – 14	Cadastramento de Empresas de Navegação, Peritos e Sociedades Classificadoras.
NORMAM – 16	Normas da Autoridade Marítima para Estabelecer Condições e Requisitos para Concessão e Delegação das Atividades de Assistência e Salvamento de Embarcações, Coisa ou Bem, em Perigo no Mar, nos Portos e Vias Navegáveis Interiores.
NORMAM – 17	Auxílio à navegação.
NORMAM – 19	Atividades de Meteorologia Marítima
NORMAM – 20	Gerenciamento da Água de Lastro de Navios
NORMAM – 21	Uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional
NORMAM – 22	Cerimonial da Marinha Mercante Nacional
NORMAM – 23	Controle de Sistemas Antiincrustantes Danosos em Embarcações
NORMAM – 28	Navegação e Cartas Náuticas
NORMAM – 30	Ensino Profissional Marítimo

RESOLUÇÕES	DESCRIÇÃO
Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração - CFA n.º 371, de 30 de setembro de 2009.	Dispõe sobre as atribuições do Administrador nas atividades do meio ambiente, respeitadas as atividades afins com outras profissões.
Resolução Nº 416 Conselho Nacional do Meio Ambiente -	Determina que os fabricantes e os importadores de pneus novos, com peso unitário superior a 2,0 kg (dois quilos), ficam obrigados a coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, os distribuidores,

Conama, de 30 de Setembro de 2009.	os revendedores, os destinadores, os consumidores finais de pneus e o Poder Público deverão, em articulação com os fabricantes e importadores, implementar os procedimentos para a coleta dos pneus inservíveis existentes no País. Revoga as Resoluções CONAMA Nº 258/1999 e Nº 301/2002.
ANATEL Nº 238/2000	Aprova o regulamento para a Certificação de Equipamentos de telecomunicações quanto aos Aspectos de Segurança elétrica.
ANVISA N.º 9/2003	Publica a Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.
ANVISA Nº 216/2004	Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
ANVISA Nº 217/2001	Aprova Regulamento Técnico, com vistas à promoção da vigilância sanitária nos Portos de Controle Sanitário instalados no território nacional, embarcações que operem transportes de cargas e ou viajantes nesses locais.

DESPACHO	DESCRIÇÃO
SSST S/Nº referido na NR-7	Trata-se de uma nota técnica para esclarecer a aplicação da NR-7 que dispõe sobre "PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO"

INSTRUÇÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
DNSST Nº 1/94	Dispõe sobre medidas para adequar a utilização dos equipamentos de proteção respiratória - EPR
INSS 20/2007	Estabelece critérios a serem adotados pelas áreas de Arrecadação e de Benefícios.
INSS 98/2003	Aprova Norma Técnica sobre Lesões por Esforços Repetitivos-LER ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT.
SIT 70/2007	Dispõe sobre os procedimentos da fiscalização das condições do trabalho, segurança e saúde de vida a bordo de embarcações nacionais e estrangeiras.
SSST N.º 1/95	Aprova o texto, em anexo, que dispões a " Avaliação das Concentrações de Benzeno em Ambientes de Trabalho" referente ao Anexo 13 - A - Benzeno, da Norma Regulamentadora Nº 15.
SSST N.º 2/95	Aprova o texto que dispõe sobre "a " Vigilância da Saúde dos Trabalhadores na Prevenção da Exposição Ocupacional ao Benzeno", referente ao Anexo 13 - A Benzeno, da Norma regulamentadora Nº 15.

NORMA REGULAMENTADORA	DESCRIÇÃO
------------------------------	------------------

NR 1	Dispõe sobre Normas Regulamentadoras / NR's
NR 2	Dispõe sobre " Inspeção Prévia".
NR 3	Dispõe sobre Embargos e Interdição.
NR 4	Dispõe sobre Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.
NR 5	Estabelece requisitos para constituição da CIPA - Comissão de Prevenção de Acidentes.
NR 6	Dispõe sobre Equipamentos de Proteção Individual.
NR 7	Dispõe sobre " Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO ".
NR 8	Estabelece requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir conforto e segurança para os trabalhadores.
NR 9	Dispõe sobre " Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA ".
NR 10	Fixa condições mínimas exigíveis para garantir a segurança dos empregados que trabalham em instalações elétricas.
NR 11	Dispõe sobre Normas de Segurança para operação de Elevadores, Guindastes, Transportadoras Industriais e Máquinas.
NR 12	Dispõe sobre Proteção para Trabalhos com Máquinas e Equipamentos
NR 13	Dispõe sobre uso de Caldeiras a Vapor e Vasos de Pressão.
NR 15	Trata de Atividades e Operações Insalubres e Fixa Limites de Tolerância.
NR 17	Estabelece parâmetros que permitem a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, ergonomia.
NR 20	Dispõe sobre Líquidos combustíveis e inflamáveis.
NR 21	Dispõe sobre trabalhos realizados a céu aberto.
NR 23	Dispõe sobre Proteção contra incêndio.
NR 24	Dispõe sobre condições sanitárias e conforto nos locais de trabalho.
NR 25	Dispõe sobre Resíduos Industriais
NR 26	Dispõe sobre Sinalização de Segurança
NR 27	Dispõe sobre Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho no Ministério do trabalho e da Previdência Social.
NR 30	Regulamenta a Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário
NR 33	Trata de Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados.